



MUNICÍPIO DE PLANALTO

Estado de São Paulo
CNPJ: 46.935.763/0001-25



1

PROJETO DE LEI Nº 056/2023 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO REAL DE USO PARA A CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PARA A FABRICAÇÃO DE SORVETES POSSIBILITANDO A GERAÇÃO DE EMPREGOS NO MUNICÍPIO”

Eu, OLÍMPIO SEVERINO DA SILVA, Prefeito do Município de Planalto, Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal **APROVA** e Eu **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Planalto autorizado a conceder o direito real de uso, ao seguinte imóvel situado no Município de Planalto, Distrito e Município do mesmo nome, Comarca de Buritama, localizado com frente para Rua Pedro de Souza Brandão, com matrícula registrada sob o nº 22.270 do Oficial de Registro de Imóveis da comarca de Buritama, conforme descrito abaixo:

Área : 639,06 m²

Um imóvel urbano, de formato irregular, sem benfeitorias, com a área superficial de 639,06 m² (seiscentos e trinta e nove metros e seis centímetros quadrados), localizado com frente para a Rua Pedro de Souza Brandão, lado ímpar desta, distante 93,93m (noventa e três metros e noventa e três centímetros) da





MUNICÍPIO DE PLANALTO

Estado de São Paulo

CNPJ: 46.935.763/0001-25



2

esquina mais próxima formada com a Rodovia Vicinal Governador Mário Covas, na cidade e município de Planalto, desta comarca de Buritama, dentro das seguintes divisas e confrontações: o ponto inicial P-11 do levantamento está cravado na linha divisória das terras desta área, Rua Pedro de Souza Brandão e terras de propriedade do Município de Planalto (M.22.269); daí segue confrontando a propriedade do Município de Planalto (M.22.269), com os seguintes azimutes e distâncias: 42°09'14" e 35,70m (trinta e cinco metros e setenta centímetros) até o ponto P-10; e 131°56'43" e 20,24m (vinte metros e vinte e quatro centímetros) até o ponto P-9; daí segue confrontando com terras de propriedade de Tirso de Biasi e sua cônica Maria Gilda Florence de Biasi (M. 16.141) com o azimute de 229°12'43" numa distância de 36,21m (trinta e seis metros e vinte e um centímetros) até o ponto V-1; daí segue confrontado com a Rua Pedro de Souza Brandão com o azimute de 312°44'00" numa distância de 15,79m (quinze metros e setenta e nove centímetros) até o ponto inicial considerado P-11, fechando a poligonal e encerrando a presente descrição planimétrica.

Art. 2º - A presente cessão real de uso visa a construção de um imóvel com no mínimo 200m², para a fabricação de sorvetes, devendo ser iniciada, a partir de 30 (trinta) dias após a publicação da presente lei.

Parágrafo Único: A construção do imóvel deverá se prestar a geração de no mínimo 6 (seis) empregos.

Art. 3º - A formalização se fará por termo de cessão real de uso, no qual constarão cláusulas definidoras das obrigações e responsabilidades das partes.

2

Fone: 18 3695.9500

Av. Carlos Gomes, 971 - Centro

CEP: 15260-000 - Planalto-SP

www.planalto.sp.gov.br - prefeitura@planalto.sp.gov.br



MUNICÍPIO DE PLANALTO

Estado de São Paulo

CNPJ: 46.935.763/0001-25



3

Art. 4º - A cessão de uso do imóvel terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos e se dará de forma gratuita.

Art. 5º - Com o cumprimento de todas as condições impostas no termo de cessão real de uso, findo o prazo estabelecido no artigo anterior, poderá ser transferida a titularidade do domínio do imóvel, caso assim seja requerido.

Art. 6º - As despesas referentes a presente alienação correrão sem qualquer ônus ao Município.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Planalto, Paço Municipal "Gelsomino Toloy", 22 de dezembro de 2023.

OLIMPIO SEVERINO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PLANALTO

Estado de São Paulo
CNPJ: 46.935.763/0001-25



4

JUSTIFICATIVA

SENHOR PRESIDENTE;

SENHORES VEREADORES.

O presente projeto de lei DISPÕE SOBRE A CESSÃO REAL DE USO DE IMÓVEL, ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais.

Considerando, que o referido imóvel não possui utilidade pública há anos, assegurando o melhor resultado para coletividade, encaminha-se o presente projeto para a devida autorização legislativa para a alienação em tela.

A Constituição Federal determina que é **dever** do Estado **garantir** que todos e todas tenham condições mínimas para acessar direitos sociais básicos.

Nesse sentido, o poder público municipal pode atuar com a regulamentação do mercado, por meio de leis, incentivando o direito a instalação de novos negócios em seu perímetro, com o objetivo de diminuir as desigualdades, possibilitando assim melhor qualidade de vida para a sua população, em decorrência da geração de novos empregos.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar à Vossas Excelências protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

OLIMPIO SEVERINO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
JESUS APARECIDO DO PRADO
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PLANALTO-SP